



Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1ddb3e3-7be6-41d8-8067-08025180352a



BALANÇO PATRIMONIAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS GESTÃO Nº 216/2023

FUNDO DE SAÚDE DE PARANATAMA

Valdi Pimentel de Gois

Secretário de Saúde



Unidade Gestora SA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	91.283,61	1.054.857,47	Passivo Circulante	6.254.530,36	4.289.945,37
Caixa e Equivalentes de Caixa F	91.283,61	1.054.857,47	Obrigações Trabalhistas a Pagar	2.041.870,74	1.101.998,43
Créditos a Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores Contas a Pagar	149.246,24	1.491.883,35
Clientes			Obrigações Fiscais		
Créditos de Transferências a			Obrigações de Repartições a Outros		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Curto Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo F	4.361.905,86	1.588.163,59
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajuste de Perdas de Créditos					
Demais Créditos a Curto Prazo					
Investimentos e Aplicações					
Estoques					
VPD Pagas Antecipadas					
Ativo Não Circulante	5.575.209,75	5.149.249,26	Passivo Não Circulante	1.337.981,44	1.030.785,56
Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalhistas a Pagar F	307.195,88	
Créditos a Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar		
Clientes			Obrigações Fiscais		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Longo Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Longo Prazo F	1.030.785,56	1.030.785,56
Dívida Ativa Não Tributária			Resultado Diferido		
Créditos Previdenciários RPPS			PASSIVO	7.592.511,80	5.239.830,93
(-) Ajuste de Perdas de Créditos			Patrimônio Líquido		964.175,80
Demais Créditos e Valores			Patrimônio Social e Capital Social		
Investimentos Temporários			Adiantamento Para Aumento de		
Estoques			Reservas de Capital		
VPD Pagas Antecipadas			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Investimentos			Reservas de Lucros		
Participações Permanentes			Demais Reservas		
Propriedades para Investimentos			Resultados Acumulados	1.926.018,44	964.175,80
Investimentos do RPPS			Superávits ou Déficits Acumulados	1.926.018,44	964.175,80
Demais Investimentos Permanentes			Superávits Déficits Exercício	2.890.194,24	929.522,37
Imobilizado P	5.575.209,75	5.149.249,26	Superávits Déficits Exerc. Anterior	964.175,80	1.893.698,17
Bens Moveis P	3.289.787,00	2.921.199,31	Ajustes de Exercícios Anteriores		
Bens Imóveis P	2.285.422,75	2.228.049,95	Superávits Déficits de Extinção		
(-) Depreciação e Amortização			Lucros e Prejuízos Acumulados		
Intangível			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Softwares			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.926.018,44	964.175,80
Marcas, Direitos e Patentes					
Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
ATIVO	5.666.493,36	6.204.106,73	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.666.493,36	6.204.106,73

Documento assinado digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLANTE, JOSE VASCO MIRANDA NETEL DE GOIS
 Acesse em: https://epp/valida/Doc.seam?Codigo_documento=alddb3e3-7895-41d6-9887-708025180352a

VALDI PIMENTEL DE GOIS

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

Período de 01/01/2023 até 31/12/2023



Unidade Gestora SA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO Financeiro/Permanente	5.666.493,36	6.204.106,73	PASSIVO Financeiro/Permanente	7.592.511,80	6.204.106,73
Ativo Financeiro	91.283,61	1.054.857,47	Passivo Financeiro	6.254.530,36	4.218.598,96
			Crédito Empenhado a Liquidar		
			Empenhos a Liquidar Inscritos RAP		
			RAP Não Processado a Liquidar		
Ativo Permanente	5.575.209,75	5.149.249,26	Passivo Permanente	1.337.981,44	1.080.785,56
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	1.926.018,44	994.722,21
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos Atos Potencias Ativos			Saldo dos Atos Potencias Passivos		
Total Atos Potencias Ativos			Total Atos Potencias Passivos		
Superávit / Déficit Financeiro					
001-Recursos Ordinários	9.343.755,54				
1xx-Recursos Educação					
2xx-Recursos Saúde					
3xx-Recursos Assistência Social					
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS					
5xx-Outras Transferências Convênios	680.082,16				
6xx-Recursos de Contribuições					
910-Recursos próprios					
920-Recursos Operações Crédito					
930-Recursos Alienação Bens/Ativos					
940-Outras vinculações					
950-Outras vinculações taxas e					
990-Outros Recursos Vinculados					
090-Outros Recursos Não Vinculados					
Total	10.023.837,70				

Documento assinado digitalmente por LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: http://acesso.ce.gov.br/validador/validarDoc.seam Código do documento: a1ddb3e3-7be6-41d8-8067-08025180352a

VALDI PIMENTEL DE GOIS

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

Apresentação



O presente Balanço Patrimonial foi elaborado com base e em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC).

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle que deram suporte à elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

O Balanço Patrimonial Consolidado de Paranatama, é a demonstração contábil que evidencia qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE nº 216/2023, conforme anexos XIX e XII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização dos da sigla “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

VALDI PIMENTEL DE GOIS
Secretário de Saúde

Documentário Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULINO DE OLIVEIRA MA CAVALLANTE JOSÉ VALDIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: https://ste.tcepe.gov.br/epp/validador.asp?codigo_documento=11111111-1111-1111-1111-111111111111

a) Informações Gerais:



a) Informações Gerais:

Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALLANTE JOSE VALDIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppp/validador>

Nome do órgão ou entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATAMA
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ 11.642.133/0001-88
Domicílio do órgão ou entidade: PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) O índice de 0,6.
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07 de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes às regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente às regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Dados do gestor: Nome: VALDIR PIMENTEL DE GOIS Cargo: SECRETÁRIO CPF: 786.797.534-91. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO CONTADORA CRC-PE 029272/O-9
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 - victorleonardo1611@hotmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: TIN – Tecnologia da informação em Nuvens : e-CONTP
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis de continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 9ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 216/2023 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2.1 Bases de mensuração utilizadas: O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.2 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.3 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.4 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.5 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.6 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.7 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o



saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



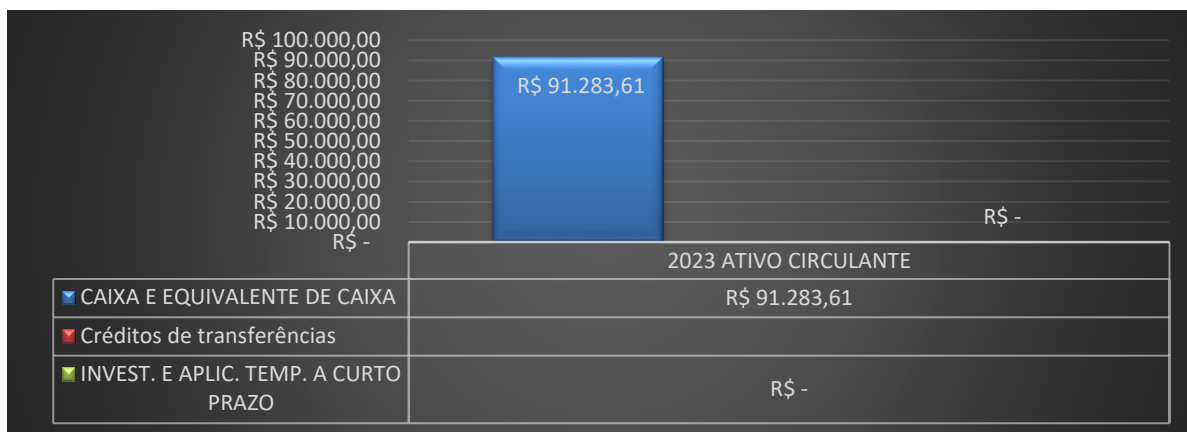
C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	91.283,61	1.054.857,47
Caixa e Equivalentes de Caixa	F 91.283,61	1.054.857,47
Créditos a Curto Prazo		
Créditos Tributários a Receber		

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 91.283,61, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.



Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 91.283,61.

Caixa e Equivalente de Caixa	Valor de Saldo ao final do Exercício 2023.
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	R\$ 0,00
Cota Única	R\$ 91.283,61
Cota Única RPPS	R\$



Total	R\$ 91.283,61
--------------	----------------------

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	R\$ 0,00	
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERINIDADE PAGO	R\$ 0,00	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	R\$ 0,00	F
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS	R\$ 0,00	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	R\$ 0,00	F
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	
Total	R\$ 0,00	F

Nota 4) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 – NÃO OCORREU NO EXERCÍCIO.

Nota 5) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2023 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2022 somam R\$ 0,00.

Nota 06) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável alongo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 5.575.209,75.

Nota 07) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Os crédito tributário a receber contabilizados no ano de 2023, estão discriminados em memória de cálculo a seguir:

Nota 8) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2023 totalizou R\$ 5.575.209,75. Sendo bens móveis na ordem de R\$ 3.289.787,00, e R\$ 2.285.422,75 para bens imóveis, Quadro de detalhamento patrimonial para o exercício de 2023:



Saldo anterior Bens Móveis= R\$ 2.921.199,31	Aquisições Bens Móveis 2023= R\$ 368.587,69	Total de bens Móveis 2023 Mais Incorporações = R\$ 3.289.787,00
Saldo Anterior Bens Imóveis = R\$ 2.228.049,95	Movimentações Bens Imóveis = R\$ 57.372,80	Total de Bens Imóveis mais incorporações = R\$ 2.285.422,75
Total de bens Móveis + Imóveis em 2023= R\$ 5.575.209,75		

Nota 10) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a softwares utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 6.254.530,36.

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante	6.254.530,36	4.209.145,37
Obrigações Trabalhistas a Pagar	2.041.870,74	1.161.698,43
Empréstimos e Financiamentos		
Fornecedores Contas a Pagar	149.246,24	1.459.083,35
Obrigações Fiscais		
Obrigações de Repartições a Outros		
Provisões a Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo	F 4.361.905,86	1.588.363,59



Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 960.141,25.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	R\$2.041.870,74	F
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$0,00	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$0,00	F
SUBTOTAL	R\$ 0,00	

Nota 13) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2023. Não houve registro de empréstimos e financiamentos a curto prazo.

Nota 14) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2023 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 149.246,24 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 15) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não foi constituída provisão a curto prazo:

Nota 16) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são que totalizaram o valor de R\$ 4.361.905,86. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 17) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 1.337.981,44.

Nota 18) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR: Conta o valor de R\$ 1.030.785,56, corresponde as dívidas decorrentes de parcelas em dívidas da Prefeitura junto ao RPPS apresentando este saldo até 31/12/2023.

Nota 19) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: NÃO HOUVE NO EXERCÍCIO



Nota 20) FORNECEDORES E CONTAS A LONGO PRAZO: Os Fornecedores e contra a longo prazo tem o valor de R\$ 0,00 que foram sendo contabilizados durante o exercício

Nota 21) PROVISÕES A LONGO PRAZO: Decorrem da Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03

– Item 103): As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário: Nesse contexto, para obtenção do valor do Resultado Técnico Atuarial, o presente estudo realizou um confronto entre os ativos garantidores dos compromissos do plano e as reservas matemáticas que servirão de cobertura para obrigações de benefícios relacionados aos assistidos do RPPS. Portanto, com base no plano de custeio vigente em Lei do IPSEPAR, além da base de dados disponibilizadas e posicionadas em 31/12/2023 R\$ 1.926.018,44, métodos de financiamentos adotados, premissas atuariais e regimes de financeiros empregados, foi obtido o seguinte Resultado Atuarial R\$ 160.902,63 para as previsões do Exercício em 2023.

Nota 22) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: NÃO HOUVE

Nota 23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfaz em 2023 valor de

R\$ 1,926.018,44.

Patrimônio Líquido		964.175,80
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Aumento de Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	1.926.018,44	964.175,80
Superávits ou Déficits Acumulados	1.926.018,44	964.175,80
Superávits Déficits Exercício	2.890.194,24	929.522,37
Superávits Déficits Exerc. Anterior	964.175,80	1.893.698,17
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Superávits Déficits de Extinção		
Lucros e Prejuízos Acumulados		
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.926.018,44	964.175,80



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

d.5 Quadro de Superávit / Déficit Financeiro

Superávit / Déficit Financeiro		
001-Recursos Ordinários	9.343.755,54	
1xx-Recursos Educação		
2xx-Recursos Saúde		
3xx-Recursos Assistência Social		
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS		
5xx-Outras Transferências Convênios	680.082,16	
6xx-Recursos de Contribuições		
910-Recursos próprios		
920-Recursos Operações Crédito		
930-Recursos Alienação Bens/Ativos		
940-Outras vinculações		
950-Outras vinculações taxas e		
990-Outros Recursos Vinculados		
090-Outros Recursos Não Vinculados		
Total	10.023.837,70	



E) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2023	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2023	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo,



fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Nesse demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G. 2 Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

G 3. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

G. 4. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

G 5. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR(R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00



Instrumentalização e Metodologia

A análise de balanço patrimonial diagnostica a situação econômica e financeira de uma determinada organização. Ela possibilita uma percepção sobre a **qualidade dos ativos da companhia** e de quais passivos podem afetar negativamente a entidade.

Através desta análise, é possível obter indicadores destinados à melhor **gestão tributária financeira** e de desempenho da entidade. Isso oferece ao gestor um diagnóstico detalhado da situação **econômico-financeira** e a avaliação da administração.

A análise utiliza relatórios extraídos da própria contabilidade, como o **Balancete Patrimonial** e a **Demonstração de Resultados do Exercício**.

O balanço patrimonial informa sobre todos os bens, direitos e obrigações de uma entidade. Ele os distribui lado a lado, ao longo de duas colunas, de forma a equilibrá-los.

O termo balanço remete à figura da **balança de dois pratos**, onde num deles são colocados os **ativos** e no outro os **passivos**. O patrimônio líquido da organização também é inserido.

De forma geral, o balanço patrimonial é composto por **três contas principais**: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Antes de entrarmos na composição do balanço, é importante definir o **conceito desses três elementos**.

- Ativos

Os ativos são **parte do patrimônio de uma entidade**, também conhecidos como bens e direitos. Entram nesse grupo qualquer recurso **capaz de gerar benefícios** econômicos futuros para a entidade.

São exemplos de ativos: imóveis, móveis, veículos, equipamentos, máquinas, dinheiro em banco, recursos recebidos pelo aluguel de algum equipamento. Os ativos são separados em duas partes: **ativo circulante** e ativo **não-circulante**.

O ativo circulante representa os **recursos com liquidez menor** que o período de um ano. Entram nessa conta os estoques, as contas a receber, as despesas antecipadas, as aplicações financeiras, entre outras.



Já o ativo não-circulante é composto pelos **bens e direitos com liquidez acima de um ano** ou com natureza fixa e duradoura. Entram neste grupo os investimentos, os imóveis, móveis, veículos, máquinas, entre outros.

- Passivos

Os passivos são representados pelas **obrigações que a entidade possui com terceiros**, que exigirão a liquidação de ativos para serem saldados. Ou seja, ele representa quais dívidas e obrigações que a entidade precisa pagar.

Da mesma forma que o ativo, o passivo também é dividido em **duas partes**: passivo circulante e passivo não-circulante.

O **passivo circulante** é composto pelas dívidas e **obrigações acessórias** da entidade com vencimento menor do que um ano. Entram nessa conta o pagamento de fornecedores, empréstimos de curto prazo, os **impostos obrigatórios** e as obrigações sociais e trabalhistas.

Já o **passivo não-circulante** é composto por dívidas e obrigações com prazo de vencimento maior que um ano. Entram nesse grupo os empréstimos de longo prazo e parcelas de dívidas de longo prazo, incluindo seus **juros e taxas**.

- Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido pode ser entendido como o patrimônio que resta **quando todas as obrigações são pagas** com os recursos dos bens e direitos. Ou seja, é a **diferença positiva** entres os ativos e passivos de uma entidade.

VALDI PIMENTEL DE GOIS
Secretário de Saúde

Contador



Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1ddb3e3-7be6-41d8-8067-08025180352a



BALANÇO PATRIMONIAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS GESTÃO Nº 216/2023

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA

Ednaldo Fabiano dos Santos

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA



Unidade Gestora ED

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	450.207,58	239.729,70	Passivo Circulante	5.466.509,58	1.083.985,12
Caixa e Equivalentes de Caixa F	450.207,58	239.729,70	Obrigações Trabalhistas a Pagar	960.141,25	
Créditos a Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores Contas a Pagar	119.532,51	83.552,84
Clientes			Obrigações Fiscais		
Créditos de Transferências a			Obrigações de Repartições a Outros		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Curto Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo F	4.625.900,84	1.000.437,96
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajuste de Perdas de Créditos					
Demais Créditos a Curto Prazo					
Investimentos e Aplicações					
Estoques					
VPD Pagas Antecipadas					
Ativo Não Circulante	265.842,95	162.428,23	Passivo Não Circulante	2.415.471,89	2.787.222,50
Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalhistas a Pagar F	2.254.569,26	901.694,00
Créditos a Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar		1.721.225,87
Clientes			Obrigações Fiscais		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Longo Prazo P	160.902,63	160.902,63
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Longo Prazo F		
Dívida Ativa Não Tributária			Resultado Diferido		
Créditos Previdenciários RPPS			PASSIVO	7.881.981,47	3.791.707,62
(-) Ajuste de Perdas de Créditos			Patrimônio Líquido		
Demais Créditos e Valores			Patrimônio Social e Capital Social		
Investimentos Temporários			Adiantamento Para Aumento de		
Estoques			Reservas de Capital		
VPD Pagas Antecipadas			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Investimentos			Reservas de Lucros		
Participações Permanentes			Demais Reservas		
Propriedades para Investimentos			Resultados Acumulados	7.165.930,94	3.389.549,69
Investimentos do RPPS			Superávits ou Déficits Acumulados	7.165.930,94	3.389.549,69
Demais Investimentos Permanentes			Superávits Déficits Exercício	3.776.381,25	3.012.783,23
Imobilizado P	265.842,95	162.428,23	Superávits Déficits Exerc. Anterior	3.389.549,69	376.766,46
Bens Moveis P	234.047,13	130.632,41	Ajustes de Exercícios Anteriores		
Bens Imóveis P	31.795,82	31.795,82	Superávits Déficits de Extinção		
(-) Depreciação e Amortização			Lucros e Prejuízos Acumulados		
Intangível			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Softwares			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.165.930,94	3.389.549,69
Marcas, Direitos e Patentes					
Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
ATIVO	716.050,53	402.157,93	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	716.050,53	402.157,93

Documento assinado digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
 Assinado em: 31/12/2023
 Código do documento: 180352a

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Unidade Gestora ED

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO Financeiro/Permanente	716.050,53	402.157,93	PASSIVO Financeiro/Permanente	2.171.594,89	1.758.111,57
Ativo Financeiro	450.207,58	239.729,70	Passivo Financeiro	4.952.858,18	1.671.331,96
			Crédito Empenhado a Liquidar		
			Empenhos a Liquidar Inscritos RAP	2.942.165,92	1.423,02
			RAP Não Processado a Liquidar		
Ativo Permanente	265.842,95	162.428,23	Passivo Permanente	160.902,63	160.902,63
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL		
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos Atos Potencias Ativos			Saldo dos Atos Potencias Passivos		
Total Atos Potencias Ativos			Total Atos Potencias Passivos		
Superávit / Déficit Financeiro					
001-Recursos Ordinários	2.649.430,60	1.304.674,88			
1xx-Recursos Educação		515.686,32			
2xx-Recursos Saúde					
3xx-Recursos Assistência Social					
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS					
5xx-Outras Transferências Convênios	7.712.851,04				
6xx-Recursos de Contribuições					
910-Recursos próprios					
920-Recursos Operações Crédito					
930-Recursos Alienação Bens/Ativos					
940-Outras vinculações					
950-Outras vinculações taxas e					
990-Outros Recursos Vinculados					
090-Outros Recursos Não Vinculados					
Total	5.063.420,44	1.820.361,20			

Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
 Acesse em: https://www.paranatama.pe.gov.br/epm/validar_documento.do?codigo_documento=alddb3e3-7be6-41d8-8067-08025180352a

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

Apresentação



O presente Balanço Patrimonial foi elaborado com base e em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC).

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle que deram suporte à elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

O Balanço Patrimonial Consolidado de Paranatama, é a demonstração contábil que evidencia qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE nº 216/2023, conforme anexos XIX e XII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização dos da sigla “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Contador

Documentário Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSÉ VAMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: <https://ste.tcepe.gov.br/epp/validador.aspx?CodigoDocumento=10352a>

a) Informações Gerais:



a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ 30.617.473/0001-01
Domicílio do órgão ou entidade: PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação de Municípios (FPM) o índice de 0,6.
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes às regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente às regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023
DADOS DO GESTOR DO FUNDO: NOME: EDNALDO FABIANO DOS SANTOS
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Luiz Paulo de Lima Cavalcante - CRC-PE 018.791-O - CPF: 007.915.494-88 - lplc.contabil@gmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 - victorleonardo1611@hotmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: TIN – Tecnologia da informação em Nuvens : e-CONTP
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis de identidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 216/2023 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2.1 Bases de mensuração utilizadas: O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.2 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.3 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.4 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.5 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.6 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.7 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o



saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



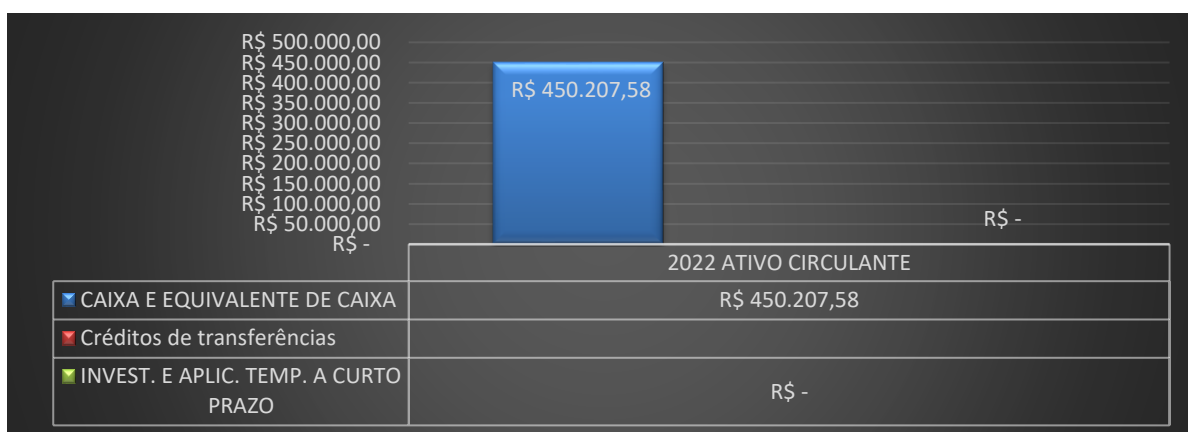
C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		450.207,58	239.729,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	F	450.207,58	239.729,70
Créditos a Curto Prazo			
Créditos Tributários a Receber			
Clientes			
Créditos de Transferências a			
Empréstimos e Financiamentos			
Dívida Ativa Tributária			
Dívida Ativa Não Tributária			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos			
Demais Créditos a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadas			

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 450.207,58, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.



Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 450.207,58.



Caixa e Equivalente de Caixa	Valor de Saldo ao final do Exercício 2023.
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	R\$ 0,00
Cota Única	R\$ 450,207,58
Cota Única RPPS	R\$
Total	R\$ 450,207,58

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	R\$ 0,00	
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERINIDADE PAGO	R\$ 0,00	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	R\$ 0,00	F
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS	R\$ 0,00	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	R\$ 0,00	F
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	
Total	R\$ 0,00	F

Nota 4) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 – NÃO OCORREU NO EXERCÍCIO.

Nota 5) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2023 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2022 somam R\$ 0,00.

Nota 06) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 265.842,95.

Nota 07) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Os crédito tributário a receber contabilizados no ano de 2023, estão discriminados em memória de cálculo a seguir:

Nota 8) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2023 totalizou R\$ 265.842.95. Sendo bens móveis na ordem de R\$ 234.047,13, e R\$ 31.795,82 para bens imóveis,



Quadro de detalhamento patrimonial para o exercício de 2023:

Saldo anterior Bens Móveis= R\$ 130.632,41	Aquisições Bens Móveis 2023= R\$ 103.414,72	Total de bens Móveis 2023 Mais Incorporações = R\$ 234.047,13
Saldo Anterior Bens Imóveis = R\$ 31.795,82	Movientações Bens Imóveis = R\$ 0,00	Total de Bens Imóveis mais incorporações = R\$ 31.795,82
Total de bens Móveis + Imóveis em 2023= R\$ 265.842,95		

Nota 10) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a softwares utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 5.466.509,58.

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante	5.466.509,58	1.003.985,12
Obrigações Trabalhistas a Pagar	960.141,25	
Empréstimos e Financiamentos		
Fornecedores Contas a Pagar	119.532,51	33.752,84
Obrigações Fiscais		
Obrigações de Repartições a Outros		
Provisões a Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo F	4.625.900,84	1.037.737,96

Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 960.141,25.



Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	R\$960.141,25	F
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$0,00	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$0,00	F
SUBTOTAL	R\$ 0,00	

Nota 13) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2023. Não houve registro de empréstimos e financiamentos a curto prazo.

Nota 14) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2022 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 119.532,51 relativo a fornecedores e contas a pagar. O exercício anterior que foi R\$ 33.752,84.

Nota 15) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não foi constituída provisão a curto prazo:

Nota 16) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são que totalizaram o valor de R\$ 4.625.900,84. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 17) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 2.415.471,89.

Nota 18) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR: Conta o valor de R\$ 2.254.569,26, corresponde as dívidas decorrentes de parcelas em dívidas da Prefeitura junto ao RPPS apresentando este saldo até 31/12/2023.

Nota 19) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: NÃO HOUVE NO EXERCÍCIO



Nota 20) FORNECEDORES E CONTAS A LONGO PRAZO: Os Fornecedores e contra a longo prazo tem o valor de R\$ 0,00 que foram sendo contabilizados durante o exercício

Nota 21) PROVISÕES A LONGO PRAZO: Decorrem da Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03

– Item 103): As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário: Nesse contexto, para obtenção do valor do Resultado Técnico Atuarial, o presente estudo realizou um confronto entre os ativos garantidores dos compromissos do plano e as reservas matemáticas que servirão de cobertura para obrigações de benefícios relacionados aos assistidos do RPPS. Portanto, com base no plano de custeio vigente em Lei do IPSEPAR, além da base de dados disponibilizadas e posicionadas em 31/12/2023 R\$ 160.902,53, métodos de financiamentos adotados, premissas atuariais e regimes de financeiros empregados, foi obtido o seguinte Resultado Atuarial R\$ 160.902,63 para as previsões do Exercício em 2023.

Nota 22) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: NÃO HOUVE

Nota 23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade fez em 2022 valor de R\$ 7.165.930,94.

Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Aumento de Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	7.165.930,94	3.389.549,69
Superávits ou Déficits Acumulados	7.165.930,94	3.389.549,69
Superávits Déficits Exercício	3.776.381,25	3.012.783,23
Superávits Déficits Exerc. Anterior	3.389.549,69	376.766,46
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Superávits Déficits de Extinção		
Lucros e Prejuízos Acumulados		
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.165.930,94	3.389.549,69

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:



d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

d.5 Quadro de Superávit /Déficit Financeiro

Superávit / Déficit Financeiro		
001-Recursos Ordinários	2.649.430,60	1.304.674,88
1xx-Recursos Educação		515.686,32
2xx-Recursos Saúde		
3xx-Recursos Assistência Social		
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS		
5xx-Outras Transferências Convênios	7.712.851,04	
6xx-Recursos de Contribuições		
910-Recursos próprios		
920-Recursos Operações Crédito		
930-Recursos Alienação Bens/Ativos		
940-Outras vinculações		
950-Outras vinculações taxas e		
990-Outros Recursos Vinculados		
090-Outros Recursos Não Vinculados		
Total	5.063.420,44	1.820.361,20

E) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:



31/12/2023	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2023	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido



consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Nestes demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos e contas.

G. 2 Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

G 3. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

G. 4. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

G 5. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR(R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00

Instrumentalização e Metodologia



A análise de balanço patrimonial diagnostica a situação econômica e financeira de uma determinada organização. Ela possibilita uma percepção sobre a **qualidade dos ativos da companhia** e de quais passivos podem afetar negativamente a entidade.

Através desta análise, é possível obter indicadores destinados à melhor **gestão tributária financeira** e de desempenho da entidade. Isso oferece ao gestor um diagnóstico detalhado da situação **econômico-financeira** e a avaliação da administração.

A análise utiliza relatórios extraídos da própria contabilidade, como o **Balancete Patrimonial** e a **Demonstração de Resultados do Exercício**.

O balanço patrimonial informa sobre todos os bens, direitos e obrigações de uma entidade. Ele os distribui lado a lado, ao longo de duas colunas, de forma a equilibrá-los.

O termo balanço remete à figura da **balança de dois pratos**, onde num deles são colocados os **ativos** e no outro os **passivos**. O patrimônio líquido da organização também é inserido.

De forma geral, o balanço patrimonial é composto por **três contas principais**: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Antes de entrarmos na composição do balanço, é importante definir o **conceito desses três elementos**.

- Ativos

Os ativos são **parte do patrimônio de uma entidade**, também conhecidos como bens e direitos. Entram nesse grupo qualquer recurso **capaz de gerar benefícios** econômicos futuros para a entidade.

São exemplos de ativos: imóveis, móveis, veículos, equipamentos, máquinas, dinheiro em banco, recursos recebidos pelo aluguel de algum equipamento. Os ativos são separados em duas partes: **ativo circulante** e ativo **não-circulante**.

O ativo circulante representa os **recursos com liquidez menor** que o período de um ano. Entram nessa conta os estoques, as contas a receber, as despesas antecipadas, as aplicações financeiras, entre outras.

Já o ativo não-circulante é composto pelos **bens e direitos com liquidez acima de um ano** ou com natureza fixa e duradoura. Entram neste grupo os investimentos, os imóveis, móveis, veículos, máquinas, entre outros.

- Passivos



Os passivos são representados pelas **obrigações que a entidade possui com terceiros**, a exigirão a liquidação de ativos para serem saldadas. Ou seja, ele representa quais dívidas e obrigações que a entidade precisa pagar.

Da mesma forma que o ativo, o passivo também é dividido em **duas partes**: passivo circulante e passivo não-circulante.

O **passivo circulante** é composto pelas dívidas e **obrigações acessórias** da entidade com vencimento menor do que um ano. Entram nessa conta o pagamento de fornecedores, empréstimos de curto prazo, os **impostos obrigatórios** e as obrigações sociais e trabalhistas.

Já o **passivo não-circulante** é composto por dívidas e obrigações com prazo de vencimento maior que um ano. Entram nesse grupo os empréstimos de longo prazo e parcelas de dívidas de longo prazo, incluindo seus **juros e taxas**.

- Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido pode ser entendido como o patrimônio que resta **quando todas as obrigações são pagas** com os recursos dos bens e direitos. Ou seja, é a **diferença positiva** entres os ativos e passivos de uma entidade.

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Contador



Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: <https://stc.cfc.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1ddb3e3-7be6-41d8-8067-08025180352a



BALANÇO PATRIMONIAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS GESTÃO Nº 216/2023

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

Laise Leonel Pereira Lopes

Secretário de Assistência Social



Unidade Gestora AS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	484.016,84	285.333,95	Passivo Circulante	662.695,16	287.113,18
Caixa e Equivalentes de Caixa F	484.016,84	285.333,95	Obrigações Trabalhistas a Pagar	24.267,92	24.449,97
Créditos a Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores Contas a Pagar	91.007,84	261.442,33
Clientes			Obrigações Fiscais		
Créditos de Transferências a			Obrigações de Repartições a Outros		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Curto Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo F	547.419,40	61.255,88
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajuste de Perdas de Créditos					
Demais Créditos a Curto Prazo					
Investimentos e Aplicações					
Estoques					
VPD Pagas Antecipadas					
Ativo Não Circulante	678.992,60	365.295,46	Passivo Não Circulante	700.098,96	687.175,06
Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalhistas a Pagar F	59.506,90	186.269,00
Créditos a Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar		
Clientes			Obrigações Fiscais		
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Longo Prazo P	500.606,06	500.206,06
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Longo Prazo F	139.986,00	
Dívida Ativa Não Tributária			Resultado Diferido		
Créditos Previdenciários RPPS			PASSIVO	1.362.794,12	984.388,24
(-) Ajuste de Perdas de Créditos			Patrimônio Líquido		
Demais Créditos e Valores			Patrimônio Social e Capital Social		
Investimentos Temporários			Adiantamento Para Aumento de		
Estoques			Reservas de Capital		
VPD Pagas Antecipadas			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Investimentos			Reservas de Lucros		
Participações Permanentes			Demais Reservas		
Propriedades para Investimentos			Resultados Acumulados	199.784,68	333.858,83
Investimentos do RPPS			Superávits ou Déficits Acumulados	199.784,68	333.858,83
Demais Investimentos Permanentes			Superávits Déficits Exercício	134.073,65	58.194,18
Imobilizado P	678.992,60	365.295,46	Superávits Déficits Exerc. Anterior	333.858,33	275.664,65
Bens Moveis P	678.992,60	365.295,46	Ajustes de Exercícios Anteriores		
Bens Imóveis			Superávits Déficits de Extinção		
(-) Depreciação e Amortização			Lucros e Prejuízos Acumulados		
Intangível			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Softwares			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.784,68	333.858,83
Marcas, Direitos e Patentes					
Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
ATIVO	1.163.009,44	650.629,41	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.163.009,44	650.629,41

Documento assinado digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE ALMIR MENTTEL DE GOIS
 Acesse em: https://app.validador.br/validador/validar_documento.asp?doc=seamCodigo.doDocumento:alddb3e07be6-41d818067-08025180352a

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

Período de 01/01/2023 até 31/12/2023

Unidade Gestora AS



Documento assinado digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: https://brasil.gov.br/epi/validador/seam/Codigo-do-documento: a1ddb3e3-7be6-41d8-8067-08025180352a

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO Financeiro/Permanente	1.163.009,44	650.629,41	PASSIVO Financeiro/Permanente	2.257.210,11	779.111,00
Ativo Financeiro	484.016,84	285.333,95	Passivo Financeiro	2.038.095,57	281.994,88
			Crédito Empenhado a Liquidar	21.848,98	21,22
			Empenhos a Liquidar Inscritos RAP	303.340,50	11,16
			RAP Não Processado a Liquidar		
Ativo Permanente	678.992,60	365.295,46	Passivo Permanente	500.606,06	500.606,06
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL		
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos Atos Potencias Ativos			Saldo dos Atos Potencias Passivos		
Total Atos Potencias Ativos			Total Atos Potencias Passivos		
Superávit / Déficit Financeiro					
001-Recursos Ordinários	2.783.424,38	94.013,10			
1xx-Recursos Educação					
2xx-Recursos Saúde					
3xx-Recursos Assistência Social					
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS					
5xx-Outras Transferências Convênios	4.284.627,04				
6xx-Recursos de Contribuições					
910-Recursos próprios					
920-Recursos Operações Crédito					
930-Recursos Alienação Bens/Ativos					
940-Outras vinculações					
950-Outras vinculações taxas e					
990-Outros Recursos Vinculados					
090-Outros Recursos Não Vinculados					
Total	1.501.202,66	94.013,10			

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

Apresentação



Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVACANTES, JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE SOUZA
Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/portal/validar_documento?doc_seam_codigo_documento=04ddb3e5-7be6-41d8-8067-280251933524

O presente Balanço Patrimonial foi elaborado com base e em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

O Balanço Patrimonial Consolidado de Paranatama, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 216/2023, conforme anexos XIX e XII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização dos da sigla “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício de



2022, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final de 2022 no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ 1.501.202,66 em fontes de recursos vinculados, os quais serão detalhados nas notas explicativas. A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Verifique em: <https://eetec.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1ddb3e3-7be6-41d8-8067-08025180352a



Documento Arquivado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/publico/consulta/consulta_documento.asp?documento=100258022a

a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ 15.303.378/0001-31
Domicílio do órgão ou entidade: PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6.
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes às regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente às regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023
DADOS DO GESTORA DO FUNDO: NOME: LAISE LEONEL PEREIRA LOPES
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Luiz Paulo de Lima Cavalcante - CRC-PE 018.791-O - CPF: 007.915.494-88 - lplc.contabil@gmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 - victorleonardo1611@hotmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: TIN – Tecnologia da informação em Nuvens : e-CONTP
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis de continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 216/2023 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2.1 Bases de mensuração utilizadas: O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.2 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.3 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.4 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.5 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.6 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.7 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o



saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

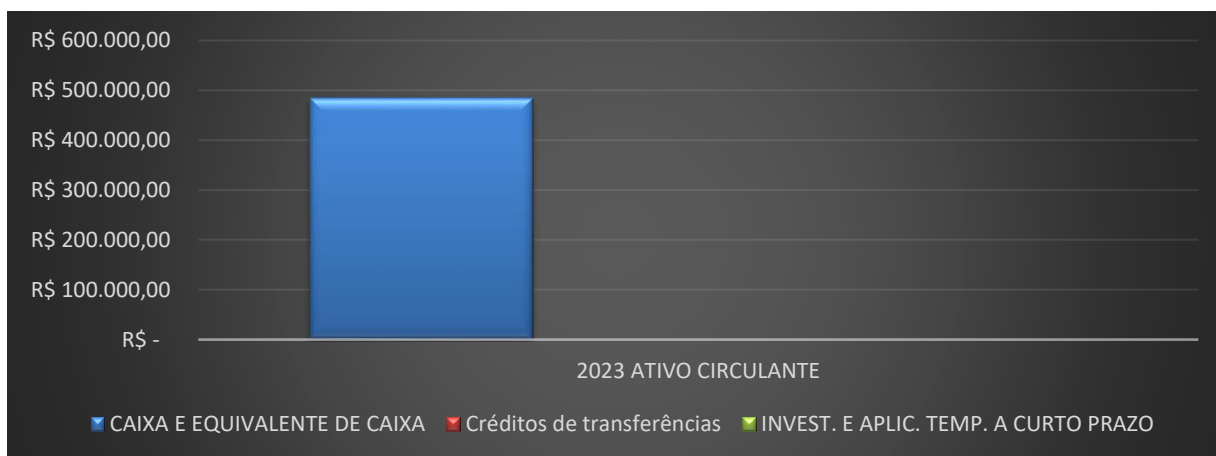


C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 484.016,84, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.



Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 484.016,84.

Caixa e Equivalente de Caixa	Valor de Saldo ao final do Exercício 2023.
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	R\$ 0,00
Cota Única	R\$ 484.016,84
Cota Única RPPS	R\$
Total	R\$ 484.016,84

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":



Nota 4) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 – NÃO OCORREU NO EXERCÍCIO.

Nota 5) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2023 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2022 somam R\$ 0,00.

Nota 06) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 678.92,60.

Nota 07) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Os crédito tributário a receber contabilizado no ano de 2022, estão discriminados em memória de cálculo a seguir:

Nota 8) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2023 totalizou R\$ 678.992,60. Sendo bens móveis na ordem de R\$ 365.295,46, , Quadro de detalhamento patrimonial para o exercício de 2023:

Saldo anterior Bens Móveis= R\$ 365.295,46	Aquisições Bens Móveis 2022= R\$ 313.697,14	Total de bens Móveis 2022 Mais Incorporações = R\$ 678.992,60
Saldo Anterior Bens Imóveis = R\$ 0,00	Movientações Bens Imóveis = R\$ 0,00	Total de Bens Imóveis mais incorporações = R\$ 0,00
Total de bens Móveis + Imóveis em 2023= R\$ 678.992,60		



QUADRO RESUMIDO:

PATRIMÔNIO	SALDO(31/12/2022)	AQUISIÇÕES INCORPORAÇÕES	RESULTADO 2023
4.4.90.51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.4.90.52	R\$ 365.295,46	R\$ 313.697,14	R\$ 678.992,60
TOTAL	R\$ 132.144,04	R\$ 233.151,42	R\$ 365.295,46

Nota 10) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a softwares utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 662.695,16.

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante	662.695,16	297.213,18
Obrigações Trabalhistas a Pagar	24.267,92	1.244,97
Empréstimos e Financiamentos		
Fornecedores Contas a Pagar	91.007,84	201.442,33
Obrigações Fiscais		
Obrigações de Repartições a Outros		
Provisões a Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo F	547.419,40	94.525,88

Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 24.267,92.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":



NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	R\$ 24.267,92	F
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 0,00	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$ 0,00	F
SUBTOTAL	R\$ 24.267,92	

Nota 13) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2023. Não houve registro de empréstimos e financiamentos a curto prazo.

Nota 14) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2022 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 91.001,84 relativo a fornecedores e contas a pagar. O exercício anterior que foi de R\$ 91.001,84.

Nota 15) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não foi constituída provisão a curto prazo:

Nota 16) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são que totalizaram o valor de R\$ 547.419,40. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 17) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 700.098,96.

Passivo Não Circulante		700.098,96	687.275,06
Obrigações Trabalhistas a Pagar	F	59.506,90	186.669,00
Empréstimos e Financiamentos			
Fornecedores e Contas a Pagar			
Obrigações Fiscais			
Provisões a Longo Prazo	P	500.606,06	500.606,06
Demais Obrigações a Longo Prazo	F	139.986,00	
Resultado Diferido			

Nota 18) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR: Conta o valor de R\$ 59.506,90, corresponde as dívidas decorrentes de parcelas em dívidas da Prefeitura junto ao RPPS apresentando este saldo até 31/12/2023.



Nota 19) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS: NÃO HOUVE NO EXERCÍCIO

Nota 20) FORNECEDORES E CONTAS A LONGO PRAZO: Os Fornecedores e contra a longo prazo tem o valor de R\$ 0,00 que foram sendo contabilizados durante o exercício

Nota 21) PROVISÕES A LONGO PRAZO: Decorrem da Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03

– Item 103): As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário: Nesse contexto, para obtenção do valor do Resultado Técnico Atuarial, o presente estudo realizou um confronto entre os ativos garantidores dos compromissos do plano e as reservas matemáticas que servirão de cobertura para obrigações de benefícios relacionados aos assistidos do RPPS. Portanto, com base no plano de custeio vigente em Lei do IPSEPAR, além da base de dados disponibilizadas e posicionadas em 31/12/2023 R\$ 500.606,06.

Nota 22) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: NÃO HOUVE

Nota 23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade fez em 2023 valor de

R\$ 199.784,68.

Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Aumento de Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	199.784,68	333.858,83
Superávits ou Déficits Acumulados	199.784,68	333.858,83
Superávits Déficits Exercício	134.073,65	58.194,18
Superávits Déficits Exerc. Anterior	333.858,33	275.664,65
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Superávits Déficits de Extinção		
Lucros e Prejuízos Acumulados		
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.784,68	333.858,83



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

d.5 Quadro de Superávit /Déficit Financeiro

Superávit / Déficit Financeiro		
001-Recursos Ordinários	2.783.424,38	94.013,10
1xx-Recursos Educação		
2xx-Recursos Saúde		
3xx-Recursos Assistência Social		
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS		
5xx-Outras Transferências Convênios	4.284.627,04	
6xx-Recursos de Contribuições		
910-Recursos próprios		
920-Recursos Operações Crédito		
930-Recursos Alienação Bens/Ativos		
940-Outras vinculações		
950-Outras vinculações taxas e		
990-Outros Recursos Vinculados		
090-Outros Recursos Não Vinculados		
Total	1.501.202,66	94.013,10

E) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:



31/12/2023	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2023	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido



consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Nestes demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos e contas.

G. 2 Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

G 3. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

G. 4. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

G 5. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR(R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00



Instrumentalização e Metodologia

A análise de balanço patrimonial diagnostica a situação econômica e financeira de uma determinada organização. Ela possibilita uma percepção sobre a **qualidade dos ativos da companhia** e de quais passivos podem afetar negativamente a entidade.

Através desta análise, é possível obter indicadores destinados à melhor **gestão tributária financeira** e de desempenho da entidade. Isso oferece ao gestor um diagnóstico detalhado da situação **econômico-financeira** e a avaliação da administração.

A análise utiliza relatórios extraídos da própria contabilidade, como o **Balancete Patrimonial** e a **Demonstração de Resultados do Exercício**.

O balanço patrimonial informa sobre todos os bens, direitos e obrigações de uma entidade. Ele os distribui lado a lado, ao longo de duas colunas, de forma a equilibrá-los.

O termo balanço remete à figura da **balança de dois pratos**, onde num deles são colocados os **ativos** e no outro os **passivos**. O patrimônio líquido da organização também é inserido.

De forma geral, o balanço patrimonial é composto por **três contas principais**: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Antes de entrarmos na composição do balanço, é importante definir o **conceito desses três elementos**.

- Ativos

Os ativos são **parte do patrimônio de uma entidade**, também conhecidos como bens e direitos. Entram nesse grupo qualquer recurso **capaz de gerar benefícios** econômicos futuros para a entidade.

São exemplos de ativos: imóveis, móveis, veículos, equipamentos, máquinas, dinheiro em banco, recursos recebidos pelo aluguel de algum equipamento. Os ativos são separados em duas partes: **ativo circulante** e ativo **não-circulante**.

O ativo circulante representa os **recursos com liquidez menor** que o período de um ano. Entram nessa conta os estoques, as contas a receber, as despesas antecipadas, as aplicações financeiras, entre outras.

Já o ativo não-circulante é composto pelos **bens e direitos com liquidez acima de um ano** ou com natureza fixa e duradoura. Entram neste grupo os investimentos, os imóveis,



móveis, veículos, máquinas, entre outros.

- Passivos

Os passivos são representados pelas **obrigações que a entidade possui com terceiros**, que exigirão a liquidação de ativos para serem saldados. Ou seja, ele representa quais dívidas e obrigações que a entidade precisa pagar.

Da mesma forma que o ativo, o passivo também é dividido em **duas partes**: passivo circulante e passivo não-circulante.

O **passivo circulante** é composto pelas dívidas e **obrigações acessórias** da entidade com vencimento menor do que um ano. Entram nessa conta o pagamento de fornecedores, empréstimos de curto prazo, os **impostos obrigatórios** e as obrigações sociais e trabalhistas.

Já o **passivo não-circulante** é composto por dívidas e obrigações com prazo de vencimento maior que um ano. Entram nesse grupo os empréstimos de longo prazo e parcelas de dívidas de longo prazo, incluindo seus **juros e taxas**.

- Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido pode ser entendido como o patrimônio que resta **quando todas as obrigações são pagas** com os recursos dos bens e direitos. Ou seja, é a **diferença positiva** entres os ativos e passivos de uma entidade.

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE
Contador